

Comissões da Constituinte entram em rota de colisão

Brasília — Criada há quase um mês, a Comissão Mista do Congresso Nacional que examina a proposta presidencial para a convocação da Constituinte conseguiu pela primeira vez reunir, depois de nove sessões, pouco mais da metade de seus 22 integrantes. Antes de quinta-feira última fizera cinco sessões com menos de oito presenças — oito é o quorum regimental —, três com oito e apenas uma com mais do que isso, apesar de convidados tão ilustres quanto os juristas Afonso Arinos e Raimundo do Faoro. Agora, o número de presenças chegou a 14, para ouvir as idéias do empresário Henry Maksoud.

Tamanho desinteresse pelos trabalhos de comissão tão importante contrasta com a proliferação de outras, no âmbito do Congresso, com denominações variadas mas constituídas, em última análise, para discutir a mesma coisa. E já que há tantas, poucos aparecem. "A Nova República parece não ter conseguido eliminar o vício de formar comissões", analisa o líder do PT, Djalma Bom, com o endosso de seu correligionário José Genoíno (PT-SP), ele próprio integrante de duas comissões: a Mista, presidida pelo Senador Helvidio Nunes (PDS-PI), e a Interpartidária, presidida pelo Deputado Alencar Furtado (PMDB-PR).

O que fazem?

Além da Comissão Mista — prevista regimentalmente para examinar propostas enviadas pelo Executivo — há uma para recolher idéias para a futura Constituinte, outra para estudar o restabelecimento das prerrogativas do Congresso — o que significará alterar a atual Constituição e discutir a próxima — e um simpósio de temas constitucionais promovido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Sem contar, é claro, com aquelas que se situam a nível exclusivamente partidário e com a criada pelo Palácio do Planalto e presidida por Afonso Arinos, com 51 membros.

Há quem goste: "Quanto mais gente estiver discutindo problemas relacionados à Constituinte, melhor", afirma o Deputado João Gilberto (PMDB-RS). Só que, nessa rota de discussões múltiplas, corre-se o risco de colisão. Ou de, pelo menos, virem a se tornar repetitivas. Todas elas, por exemplo, manifestam o desejo de ouvir os anseios e reclamados da chamada "sociedade civil", que ao fim e ao cabo termina representada sempre pelas mesmas pessoas.

"A minha comissão não tem nada a ver com a outra", apressa-se a justificar o Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), relator da Comissão Mista. Segundo ele, a Mista discute apenas como se dará a convocação da futura Constituinte, "não como deverá ser a futura Constituição, tarefa que pertence aos que irão fazê-la". Mas até agora a maioria dos expositores convidados por Bierrenbach para trazerem idéias à comissão enveredou pelo caminho do conteúdo da carta que irá ser elaborada.

As demais comissões não são tão modestas, embora seus componentes gostem de esclarecer que seu trabalho consiste "apenas" em "auscultar" a sociedade e coletar dados e idéias que irão servir aos constituintes, como explica Alencar Furtado:

— A nossa comissão vai percorrer o Brasil e colher sugestões para a formação de um grande banco de dados para facilitar o trabalho dos responsáveis pela elaboração da nova Constituição.

O professor Afonso Arinos, por sua vez, admite que os 51 integrantes da sua "comissão de estudos" vão mesmo é elaborar um anteprojeto constitucional. Para isso, dispõem de uma verba especial de Cr\$ 1 bilhão, destinada pela Seplan ao Ministério da Justiça para o custeio de despesas com passagens, estadia e funcionamento burocrático.

O mesmo objetivo é perseguido pelas comissões criadas por alguns partidos — o PFL, o PT e o PTB —, que querem, depois de ouvidas as bases e a "sociedade civil", apresentar aos eleitores, durante a campanha eleitoral, os seus próprios anteprojetos. O PDT, o PDS e o PMDB não têm comissões para esse fim, o que é lamentado pelo Deputado João Gilberto:

— O PMDB só poderia resolver os seus conflitos internos com uma discussão desse tipo, coordenada por uma comissão partidária. Seria a melhor maneira de compor as várias correntes internas e aparecer frente aos eleitores com um programa básico.

Primeira missão é limpar a área

A missão da comissão encarregada de restabelecer as prerrogativas do Congresso, presidida pelo Senador Octávio Cardoso (PDS-RS), não se restringe unicamente a alterar a atual Constituição nos dispositivos que restringem a atuação parlamentar. Segundo o Deputado Cassio Gonçalves (PMDB-MG), seu relator, "ela irá, ao remover o entulho do autoritarismo, limpar a área para que a futura Constituinte exerça integralmente as suas funções". Isto é, mexer na atual significa discutir como deve ser a próxima.

Diante desse quadro, talvez se explique o sucesso de público obtido quinta-feira, na Comissão Mista, pela exposição do empresário convidado Henry Maksoud. Sem ser jurista e sem auto-intitular-se membro da sociedade civil, Maksoud — convidado às pressas para substituir o jornalista Mino Carta — deixou, no rescaldo de sua fala, uma afirmação singela e provocadora:

— Está todo mundo querendo discutir como será a Constituinte. Não seria melhor que começássemos a discutir o que é e o que deve ser uma Constituição?